

Arqueologia do Saber e a História

Pedro Ragusa

Ao estudar a bibliografia citada para este trabalho, talvez a primeira impressão seja a de que se trata somente de compreender algo como uma trajetória linear de um procedimento de pesquisa como o arqueológico, e depois entender sua extensão nas diferentes obras realizadas pelo autor, como aconteceria tradicionalmente com a aplicação de um método a um *corpus* a determinado objeto

Acontece que as histórias arqueológicas não possuem algo como uma essência ou uma prática operacional homogênea que se possa traduzir sob a condição de uma unidade metodológica de pesquisa que faça a verdade aparecer limpa e tranqüila.

Quando pensamos na arqueologia foucaultiana em sua relação com a prática historiográfica devemos já ter em mente que esta operação não é fixa, e que também não procura estabelecer ou iluminar os acontecimentos com verdades oferecendo ao passado uma realidade objetiva, que possa ser plasmada em uma narrativa.

As histórias arqueológicas são moveis, pois deslocam-se pelos discursos e pelas em suas camadas (formações discursivas), contornam os saberes procurando descrever e individualizar os enunciados discursivos encontrando uma suposta regularidade que os faça funcionar. A arqueologia também não assume o caráter de uma ciência, seu horizonte não é o de uma racionalidade histórica buscando encontrar a inteligibilidade entre os acontecimentos.

Pois a arqueologia não procura descrever os discursos das disciplinas científicas em sua relação com as verdades que estes discursos podem revelar, mas procura descrever seus limites, suas rupturas, seus limites e pontos de cruzamento, o que Foucault chama de um “emaranhado de interpositividades” (FOUCAULT, 2007).

Dessa forma podemos aceitar que na prática operada por Foucault a arqueologia estaria em uma nova região do conhecimento, e não compreender isso como ponto de partida é arriscar ao erro qualquer investigação sobre a arqueologia.

Roberto Machado comenta sobre isso contrapondo à história arqueológica a história epistemológica, escrevendo que a arqueologia seria um deslocamento da ciência para o saber em relação à epistemologia, que se situaria na descrição das ciências e suas verdades.

[...] A arqueologia, reivindicando sua independência em relação a qualquer ciência, pretende ser uma crítica da própria idéia de racionalidade; enquanto a história epistemológica, situada basicamente no nível dos conceitos científicos, investiga a produção de verdade pela ciência, que ela considera como processo histórico que define e aperfeiçoa a própria racionalidade, a história arqueológica, que estabelece inter-relações conceituais no nível do saber, nem privilegia questão normativa da verdade, nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual (MACHADO, 2006:9).

E ainda:

[...] a arqueologia realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso ou da razão. A arqueologia jamais criticou a epistemologia, implícita ou explicitamente, a epistemologia, mas mesmo, respeitando sua especificidade, sempre procurou mostrar como a história epistemológica se encontrava na impossibilidade de analisar convenientemente o tipo de problema que ela pode elucidar. Parece-nos mesmo que a riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando ao desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica. O que não significa, como veremos, abandonar a

exigência de uma análise conceitual capaz de estabelecer discontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situadas no nível dos saberes (MACHADO, 2006:9).

Então a riqueza do método arqueológico estaria em ser este um contra-método histórico? Não podemos afirmar que Foucault possuiu-se esta pretensão, mas é possível pensarmos que quando é feita uma história arqueológica, Foucault não procurou definir um novo “estatuto” ou um “espaço” para uma nova ciência. A arqueologia percorre os limites entre as ciências do homem justamente para problematizar a pretensão a verdade do discurso científico.

Dissemos anteriormente que a arqueologia seria uma forma de pesquisa móvel, e que sofreu transformações na sua forma de analisar descrever os enunciados discursivos durante sua trajetória, e isso acarretou em modificações conceituais importantes, e que deverão constituir uma importante parte deste trabalho quando em execução.

Daí pensarmos na existência de uma trajetória arqueológica, sendo um de nossos principais objetivos demonstra-la sempre acompanhada em sua relação com a história. Por ora podemos escrever que na trajetória arqueológica existiram múltiplas definições quanto a sua ontologia que não se fixam em cânones rígidos, mas que podem ser instruídas e direcionadas pelos documentos que estão sendo pesquisados, assim a arqueologia desloca-se e configura-se por um caráter provisório.

Em *Historia da loucura* (FOUCAULT, 2007) temos uma arqueologia da “percepção” e das representações que se fez sobre a experiência da loucura, sobretudo na época clássica.

Esse livro inaugurou a série de trabalhos arqueológicos. Rabinow e Dreyfus assim comentaram esse trabalho; “Ele tanto poderia ter prosseguido na análise da significação das práticas discursivas e sua relativa dependência as instituições sociais. Onde denuncia as estratégias de controle condicionado, com métodos e resultados obtidos nas ciências “objetivas” do homem” (RABINOW, DREYFUS:2010). Dessa forma podemos dizer que, em *História da Loucura*, Foucault oferece um privilégio aos espaços institucionais de controle do louco e dos saberes a ele intrinsecamente relacionados.

Entendemos que a pesquisa arqueológica de Foucault procura centralizar e compreender o homem por uma filosofia da relação, sendo esta relação a das práticas (fazer) discursivas (falar) estabelecida com os objetos que podem ser “conhecidos e nomeados” pelas ciências modernas.

Ou ainda por uma *filosofia da diferença*, que se torna possível a partir da noção das práticas, afinal são as práticas que demonstram as diferenças e rupturas históricas, que comumente aparecem cristalizadas e reificadas em palavras como loucura, estado, razão e homem. (fazer uma discussão sobre filosofia no projeto de doutorado)

Para compreendermos a história arqueológica de Foucault podemos partir dessa constatação: todas as suas análises estão centradas no homem, isto é, formam uma grande pesquisa sobre a constituição histórica das ciências do homem na modernidade.(MACHADO, 2006:9)¹

Isso se torna possível por que Foucault tem uma interpretação singular sobre o tempo. Para ele o tempo não possui um sentido com fim destinado, também não é uma unidade com um fim programado a se resolver numa continuidade progressiva, mas ao contrário, o tempo existe como categoria da multiplicidade que se expressa na diferença. (REBELLO CARDOSO)

O tempo é como a metáfora de uma sopa fervendo num caldeirão, nunca saberemos onde irá emergir a próxima bolha, não há inteligibilidade que possa fazer um diagnóstico sobre uma suposta ordem ou razão dos acontecimentos a partir de uma sucessão cronológica.

Assim como não há inteligibilidade para os acontecimentos, não existe uma continuidade lógica na emergência de bolhas a ferver, assim como não há uma lógica atemporal na vida humana, na história e no sentido do tempo. Essa noção de tempo desdobra-se na idéia de História que é tão cara para os trabalhos de Foucault na arqueologia.

Pois a História está em “camadas sedimentares”, estratos ou formações discursivas, feitas de coisas e palavras, (enunciados) daquilo que se vê e que se fala. E essas camadas são caracterizadas pela ruptura, pela disjunção e pela diferença.

Agora temos um problema, falamos sobre palavras novas, que atuam como conceitos muito precisos que acabam por compor a maquinaria conceitual na linguagem empregada por Foucault. Mas então, o que são formações discursivas e enunciados?

Para melhor entendermos a noção de tempo e história na arqueologia vamos conhecer com maior precisão esses dois conceitos que foram apresentados e discutidos pelo próprio autor na *Arqueologia do Saber*.

O enunciado é uma função. Qual sua condição de existência? Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem inteiramente material), para a arqueologia trata-se de entender a função enunciativa. A arqueologia possui já no início de sua prática uma tarefa “negativa”, ou melhor, precisa deslocar-se de certas concepções de categorias tradicionais com as quais a literatura e a história das idéias tem seu fundamento, como nas categorias de autor, obra, comentário, livro e sujeito.

Isso significa estabelecer as condições segundo as quais essa função faz aparecer às diversas unidades do discurso (quando essas unidades existem). Assim o método arqueológico procura conhecer e descrever o exercício dessa função, as condições, regras de controle e formação, e o espaço no qual ela pode existir.

O enunciado pode ser entendido como a unidade elementar do discurso, constituído por uma singularidade que o individualiza temporalmente, também constituído por sua repetição (sentido), o enunciado assume a condição de *função* dentro da estrutura discursiva. O enunciado pode ser descrito a partir de oposições com outras modalidades de unidades discursivas, como proposição, frase e atos de fala.

O enunciado torna-se uma frase, uma proposição e ou um ato de fala, justamente por existir enquanto *função enunciativa*, assim o fato do enunciado ser produzido por um “sujeito” em um lugar institucional e contextualizado por regras sócio – históricas que o definem e tornam possível que o enunciado seja “enunciado”.

Então a descrição arqueológica pode analisar o exercício da função enunciativa a partir de suas regras de controle e de suas condições de produção e exclusão de enunciados. Mas esse problema desdobra-se em outro mais fundamental ainda para a arqueologia.

O problema não é somente identificar quais as regras que possibilitaram a formação de enunciados, mas o como aconteceu (enunciado enquanto acontecimento discursivo) de determinado enunciado ter aparecido e nenhum outro em seu lugar. A arqueologia não vai procurar o sentido, ou a intenção do “sujeito” falante, a análise arqueológica não remete os enunciados a uma instância fundadora e original de seu sentido, significação e inteligibilidade. Neste momento a análise arqueológica remete os enunciados analisados a outros enunciados para demonstrar suas correlações, exclusões e transformações.

Nos escritos foucaultianos o conceito de formações discursivas aparece pela primeira vez no artigo “Sur l’archéologie des sciences. Response au Cercle d’Epistemologie” de 1968, mas é na *Arqueologia do saber*, que o autor vai explorar com precisão esse conceito.

O conceito de formação discursiva refere-se a um conjunto de enunciados, todavia não se trata de qualquer enunciado, são considerados os atos discursivos sérios, isto é, aqueles que manifestam uma vontade de verdade.

Toda formação discursiva constitui-se por grupos de enunciados, que tornam possível a formação de um conjunto composto por performaces (espécie de estrutura) verbais, que relacionam-se e estão ligadas ao nível dos próprios enunciados.

A análise arqueológica ao analisar os enunciados deve necessariamente levar em conta a dispersão (singularidade, raridade) e a regularidade (repetição), em que se produzem os enunciados dentro de uma formação discursiva, simplesmente pelo fato do enunciado existir nessa relação que constitui sua “ontologia”.

Se aceitarmos isso como válido podemos fazer uma curva e desdobrar nosso estudo em um paradoxo. Quando a arqueologia descreve um conjunto de enunciados no espaço do qual ele habita (formações discursivas), o que está sendo feito é demonstrar uma dispersão de sentidos que é produzida a partir de regularidades discursivas, que Foucault chamou de “regras de formação”.

As regras de formação (veremos adiante com maior fôlego seu funcionamento) referem-se a uma “ordem” que torna possível o aparecimento de determinado enunciado e de nenhum outro em seu lugar, estabelecendo correlações, posições, funcionamento e transformações discursivas. Os enunciados existem como “formas de repartição e sistemas de dispersão”.

Esses enunciados não se reduzem a objetos lingüísticos, tal como proposições, atos de fala e frases, mas sim a enunciados singulares e submetidos a uma mesma forma de regularidade e dispersão de elementos enunciativos, como por exemplo, uma ciência, uma teoria, documentos jurídicos etc.

Quando esses enunciados sérios estabelecem uma rede de relações com enunciados de outros tipos e são condicionados por um conjunto de regularidades internas, constitui-se um sistema relativamente autônomo que Foucault denominou de *formação discursiva*.

Isso se torna possível quando descrever um conjunto de enunciados no que eles possuem de singular é também descrever a dispersão desses sentidos, demonstrando haver uma ordem uma suposta regularidade em seu aparecimento, funcionamento, correlação e transformação.

E internamente neste sistema é produzido um conjunto de regras, as quais definem o exercício e o sentido dos enunciados que o constituem. Podemos então afirmar que é a formação discursiva em si mesmo que funciona como uma lei de série, princípios de dispersão e de repartição de enunciados que possibilitam definir as regularidades que validam os enunciados que a constituem.

Essas regularidades por sua vez, instauram os objetos sobre os quais falam, oficializam os sujeitos para enunciarem sobre esses objetos, e definem os conceitos com os quais funcionará os jogos e estratégias para formação de verdades. (Citação Foucault e Pechoux pag 90.)

“O que ele descreve como *formação discursiva* constitui grupos de enunciados, isto é, um conjunto de performaces verbais que estão ligadas no nível do enunciado. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; supõem, também, que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e os sistema que os define e os prescreve.” (ROSARIO GREGOLIN 2006: 90)

O que significa dizer que para o filósofo, o que permite a garantia de uma suposta unidade para o discurso sobre a loucura, por exemplo, não corresponde a uma linearidade formal, semântica e sintática.

Pois a suposta unidade do discurso somente pode existir na condição da diversidade e de dispersão de instancias enunciativas simultâneas, como documentos de protocolos experimentais, regulamentos administrativos, políticas públicas de saúde de controle patológico.

A noção de formação discursiva permite então fazermos uma ponte entre o problema do *tempo* e da *descontinuidade* na história com a noção de *singularidade* do enunciado. Podemos perceber que o método arqueológico encontrou no “território” da história o lugar para a existência das formações discursivas, pois nelas se encontram o discurso, o sujeito, sentido e as práticas.

Se encararmos o problema da descontinuidade histórica iremos logo perceber que esta noção é ao mesmo tempo para o método arqueológico um conceito, uma prática operacional e o resultado da descrição, assumindo o papel de objeto e instrumento para a pesquisa.

A descontinuidade histórica permite a anulação da categoria do sujeito universal, que teve todo seu passado devolvido a sua consciência presente por meio da busca da identidade histórica, com ela é possível ir além, e rejeitar os objetos históricos e naturais que atravessam o tempo contínuo.

Essa noção de tempo submete o homem a multiplicidades temporais que o impedem de ser sujeito, pois essas diversas temporalidades escapam ao controle do homem, tornando-o objeto de acontecimentos que lhe são exteriores.

A idéia de sujeito permite a consciência do homem que lhe seja recomposto todo um passado contínuo (consciência história) na relação passado – presente. Então consciência do sujeito moderno necessita do tempo contínuo para possuir existência e funcionar, mas não a História nas palavras de Foucault.

A história contínua é o correlato indispensável a função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma de consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido como sistema de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomada de consciência.

Sob formas diferentes, esse tema representou um papel constante desde o século XIX: proteger, contra todas as descentralizações, a soberania do sujeito e as figuras gêmeas da antropologia e do humanismo.(FOUCAULT. 1986: 14)

Esse descentramento do sujeito (homem), com o seu fim anunciado em *As Palavras e as Coisas* como a dissolução de um rosto na areia, possibilita a nós estabelecermos essa relação com a temporalidade. Uma história que é plural e múltipla por suas rupturas, mas que também é sempre singular em seus acontecimentos que envolvem o homem e possibilitam suas práticas por condições exteriores.

Mas Foucault não é estruturalista, na verdade talvez ele nem se preocupasse com tais rótulos que limitam e criam identidades mortas. Suas histórias arqueológicas buscam as rupturas não as estruturas. (Citação François Dosse 208).

“A unidade temporal então é apenas ficcional: não obedece a necessidade alguma história pertence apenas ao registro do aleatório, da contingência, como em Levi Strauss; ela é ao mesmo tempo inevitável e insignificante. No entanto, ao contrário do estruturalismo de Levi Strauss, Foucault não se esquivava da historicidade, chega a considerá-la campo privilegiado de análise, lugar por excelência de sua pesquisa arqueológica, mas para detectar as discontinuidades que a elaboram a partir de grandes fraturas que justapõem cortes sincrônicos coerentes.” (preciso pegar a referencia)

A desnaturalização dos objetos históricos pode ser demonstrada com o fim das unidades temporais. A arqueologia opera essas análises sobre a prisão, o estado e a medicina, pois essas palavras não cobrem realidades existentes para além dos tempos como essências.

Essas instituições (objetos) não possuem funções a priori, ou que sejam legadas do exterior das práticas sociais que os constituem. Cada instituição (objeto) deve ser sempre interpretada em sua singularidade de acontecimento histórico.

“Em primeiro lugar são as praticas que definem as diferenças históricas que geralmente aparecem reificadas, como o Estado ou a Ideologia. Em segundo lugar, as praticas são descrições de configurações históricas determinadas, ou seja, não são uma instancia a parte que seja explicada de maneira diversa da de suas objetivações.” (REBELO CARDOSO, 2003: 20)

A história torna-se o resultado de lutas, embates, arbitrariedades e multiplicidades para sua condição enquanto história e tempo. Por isso se tornou lugar comum dizer na historiografia atual, que o pensamento de Foucault provocou um abalo significativo sobre os métodos de se praticar a escrita da História.

Pois ao contrário da história tradicional, a arqueologia procura apanhar o sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento, ou seja, por mais que sejam semelhantes, cada texto, cada fala, cada palavra por mais que se aproximem e se pareçam de outras palavras e textos, nunca são idênticos aos que o precedem, daí a singularidade dos acontecimentos discursivos na história.

A arqueologia torna possível compreender a emergência dos acontecimentos discursivos, investigando as condições sociais e históricas que contextualizaram e possibilitaram sua existência material. Assim investiga-se por que determinado *enunciado* foi enunciado, e nenhum outro em seu lugar, o que possibilitou um enunciado ter correspondência com a verdade.

Essa situação permite a arqueologia analisar aquilo que Foucault nomeou de *positividade*. Esse conceito foi também identificado como *a priori histórico* no ultimo livro da fase arqueológica. Esse conceito pode gerar enganos, pois trata de uma suposta unidade discursiva através dos tempos, mas que se coloca muito além da autoria individual de um nome que assina livros e textos com pretensão a verdade.

A positividade aparece quando a arqueologia analisa a dispersão de enunciados a partir da regularidade de acontecimentos discursivos. Não esta sendo revelado que sujeito enuncia a verdade, mas demonstra-se que diferentes sujeitos “falam a mesma coisa”, ocupando o mesmo nível discursivo.

O conjunto de textos que se relacionam por seus enunciados que ocupam a mesma formação discursiva estabelece uma rede de comunicação que se torna possível pela positividade do discurso, pois a positividade estabelece o campo em que podemos encontra as identidades, as transformações de conceitos, as continuidades e as rupturas temáticas.

“A positividade de um discurso – como o da história natural, da economia política, ou da medicina clinica – caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito alem

das obras individuais, dos livros e dos textos. Essa unidade, certamente, não permite decidir quem dizia a verdade, quem raciocinava rigorosamente, quem se adaptava melhor a seus próprios postulados.” (FOUCAULT 1986: 143)

Toda essa “maquinaria conceitual” que envolve discurso, enunciado, formação discursiva e positividade, irá encontrar-se num conceito mais amplo. Trata-se do *arquivo*.

Mas voltemos a falar sobre a história, ou melhor, sobre a arqueologia e seu funcionamento como análise do discurso a partir de uma história sem sujeito fundador ou original (*críticas ao mito das origens em Nietzsche*).

Todo este debate é muito produtivo para pensarmos as relações entre sujeito, história e discurso (enquanto prática). Afinal o que torna uma frase, uma fala ou um texto em enunciado é a possibilidade de se poder determinar a posição *de* sujeito. Compreendemos que a *função do sujeito* para algum enunciado não deve ser reduzida a elementos gramaticais.

Pois o sujeito *não é* universal, *ele pode ser* historicamente determinado, o que permite que o sujeito não seja o mesmo de um enunciado para outro, sendo que a mesma função enunciativa possa ser enunciada por sujeitos diferentes.

Agora fica clara a relação entre discurso (idéia de prática) e história descontínua, quando partimos dessa concepção de sujeito enunciativo como *posição* em determinado espaço e não como *conscientização autônoma*.

Os enunciados quando relacionam-se em determinada formação discursiva se encontram dispostos em redes verbais que formam uma espécie de trama, construída em uma cadeia ou série com outras funções enunciativas, todo enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT. 1986 112). O enunciado para produzir um efeito de sentido ao ser “enunciado” deve necessariamente correlacionar-se com uma série de formulações enunciativas que existam historicamente ao mesmo tempo.

Por isso quando consideramos Foucault e seu pensamento sobre a História, devemos considerar uma advertência do mesmo com relação a sua visão do trabalho do historiador e de seus métodos para lidar com seus objetos de pesquisa.

A pesquisa que Michel Foucault empreende não se assemelha, em nada, aos métodos usuais. O historiador busca a referência pela exaustão (pelo menos é assim que deveria funcionar), isto é, a pesquisa sobre determinado assunto ou acontecimento tem de ser confirmada pelas fontes. Um exemplo simples: para estabelecer se existia um tipo específico de racismo na elite da Primeira República, o pesquisador deve demonstrar que o fato se repete em vários documentos e em várias situações parecidas, é o princípio da exaustão.

O fato isolado, o documento único é perturbador. Turva a imagem de si que o historiador porta. A falta de confirmação é o vazio existencial do pesquisador, pois nada lhe deixa senão dúvidas.

Não obstante, o trabalho em História consiste justamente na possibilidade de condensar o que seria isolado, juntar fios soltos, urdir o tecido social que se despedaça pelo tempo que passa. Enfim, estabelecer linhas temporais que restituam o contínuo da sociedade, buscando incessantemente uma identidade que estaria se construindo ao longo dos séculos. Não existe degrado, perda, esquecimento, desvio que não possam ser trazidos à luz, que a narrativa não possa tornar visíveis e retorná-los ao contínuo da sociedade. O projeto do discurso histórico é garantir a permanência do passado para que nele nos reconheçamos. (JOANILHO, preciso pegar referencia)

Foucault esperava algo diferente da História e de suas formas narrativas como, por exemplo, o abandono da idéia de razão e progresso que norteava o desenvolvimento do conhecimento numa trajetória evolutiva como queria a epistemologia francesa.

[...] a arqueologia realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso ou da razão.(...) O que não significa como veremos abandonar a exigência de uma análise conceitual capaz de estabelecer descontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situadas no nível dos saberes (MACHADO, 2006:9)

Com Deleuze em seu livro intitulado *Foucault*, podemos encontrar de forma bem clara, quais as intenções de Foucault procurar e fazer na História um dos principais fundamentos para a realização da pesquisa arqueológica.

O que Foucault espera da História é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapassa os comportamentos e as mentalidades, as idéias, tornando-as possíveis. Mas a História só responde porque Foucault soube inventar, sintonizando com as novas concepções dos historiadores, uma maneira propriamente filosófica de interrogar, maneira nova e que dá nova vida a História (DELEUZE, 2005:58,59).

Deleuze ainda comentando o trabalho de Foucault neste mesmo livro;

Uma “época” não preexiste aos enunciados que a exprimem nem as visibilidades que a preenchem. São os dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime. Por exemplo, “na idade clássica”, o asilo surge como uma nova maneira de ver e de fazer ver os loucos, bem diferente da maneira da Idade Média, ou do Renascimento; e a medicina, por sua vez, assim como o direito, a regulamentação, a literatura, etc., inventaram um regime de enunciados que se refere à desrazão como novo conceito (DELEUZE, 2005:58).

A Arqueologia Em “A Arqueologia Do Saber”.

Para iniciarmos a discussão teórica deste capítulo, vamos retomar a seguinte questão; O que Foucault pretendeu com a pesquisa arqueológica nos domínios da História? No horizonte da pesquisa arqueológica foucaultiana está à preocupação em perceber a emergência dos acontecimentos, quando estes só existem como possibilidades das práticas discursivas (enunciáveis e visíveis) do saber-poder em uma determinada época.

Isso significa estabelecer o momento exato e as condições de possibilidades do nascimento de um determinado discurso do saber sobre algum objeto, e sempre situando as relações estabelecidas entre os sujeitos e as estratégias ou esferas do poder que cada época e episteme articulam e ordenam para construção da realidade.

O trabalho arqueológico deve-se realizar no domínio das coisas ditas, mas não deve limitar-se a isso, pois o arqueologista procura por abrir as palavras e encontrar ali as possibilidades das práticas humanas que gravitem em torno do que é dito e escrito.

O que representa descrever o conjunto dos discursos institucionalizados e efetivamente pronunciados e praticados num período dado e que continuam a existir através da história, (esse conjunto de relações discursivas Foucault chamou de arquivo).

E a partir disso, Foucault busca descobrir as regras estruturais de formação, as práticas e as condições de funcionamento que formam e dirigem esses discursos numa época dada constituída por seus acontecimentos.

Para se realizar essa pesquisa, em primeiro lugar deve-se abordar os discursos em um nível anterior a sua classificação em tipos, como fazia a história das idéias² tradicionalmente.

Dessa forma a análise é feita sem respeitar a distinção dos discursos em tipos, ou seja, sem obedecer as distribuições tradicionais do discurso em ciência, filosofia, romance, poesia,

etc. Assim a pesquisa arqueológica deve ser capaz de analisar o que se diz em todos esses domínios sem estar limitada por aquelas antigas divisões.

Como isso é possível? A arqueologia é um procedimento que irá escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos com a “finalidade” de trazer a luz e fazer aparecer conceitos e práticas marginalizados fazendo um esforço para desvelar práticas discursivas que historicamente constituem determinados sujeitos e objetos.

Neste processo de pesquisa Foucault se depara com problemas da seguinte ordem; Que relações mantemos com a verdade por meio de um saber científico? E como podemos nos constituir como sujeitos e objetos da verdade científica? Isso parece deixar claro que o foco destas pesquisas centralizam-se no homem, no saber, na verdade e no poder.

Mas o que significa procurar pelas camadas descontínuas, pelos níveis descontínuos do discurso? Significa que o historiador arqueólogo não devesse mais tapar os buracos, anular as rupturas para reconstruir as continuidades históricas.

O conhecimento histórico quando realizado no projeto arqueológico investiga os documentos como algo criado e não dado. Para a arqueologia o documento é organizado, recortado e distribuído em séries construídas temporalmente.

Estas séries são descontínuas e permitem traçar os limites dos objetos de estudo, como por exemplo algum discurso científico, e assim descrever seus limites, seus pontos de ruptura.

A arqueologia é então um método que permite construir uma narrativa histórica que não seja fechada em torno de um centro original, mas ao contrário, nos permite conhecer as práticas discursivas da história no espaço da dispersão e da raridade.

Entendemos que Foucault, não pretendia com isso estabelecer uma positividade para a ciência histórica, pois na arqueologia o que interessa é abrir e desvelar as estruturas imutáveis para uma descontinuidade temporal, para as mudanças e para os deslocamentos que regulam as práticas discursivas.

A *Arqueologia do Saber* foi o título do último trabalho de Foucault dentre os chamados arqueológicos, neste livro técnico, a reflexão sobre o procedimento das histórias arqueológicas está bem fundamentada, sobretudo pelo fato de auxiliar na compreensão dos livros anteriores.

O livro não caracteriza uma pesquisa histórica e sim uma reflexão sobre a trajetória de um “método” se é que podemos nomear assim. Dessa forma iniciaremos nosso trabalho de estudo entre a História e a arqueologia justamente pelo último trabalho de Foucault, rompendo com a cronologia habitual.

Na *A arqueologia do saber*, Foucault vai explicar como e porque os discursos quando interrogados pela arqueologia, acabam por se mostrar em um nível anterior, mais elementar e baixo que os da ciência por exemplo, passível assim de uma neutralidade.

Mas Foucault, ao rejeitar as formas tradicionalmente aceitas na história das idéias, como ele mesmo explicou na introdução de *A arqueologia do saber* para análise dos discursos, nos trás um problema, como reencontrar a unidade que ao menos eles podem oferecer e que possibilita situar o objeto da pesquisa histórica?

Para Foucault é preciso colocar em suspenso as unidades discursivas, pois os recortes e reagrupamentos com os quais temos familiaridade (como exemplo a idéia de continuidade) devem ser deixadas de lado, não sendo mais aceitas como válidas.

As unidades discursivas nem sempre existiram, por exemplo, categorias como a política e a literatura, como as conhecemos hoje, são bastante recentes, não podendo ser aplicadas a cultura medieval. Estamos diante da dispersão discursiva

Outra vantagem de se libertar os discursos dos agrupamentos é o possível surgimento de outras unidades discursivas, aparecendo nos conjuntos discursivos que antes estavam invisíveis. Mas esses discursos invisíveis não são novos, na verdade eles já existiam, mas não eram percebidos.

Agora estamos diante de um novo problema, será possível propor novos tipos de unidade, ou devem-se aceitar os discursos como pura dispersão?

Foucault formulou em *A arqueologia do saber*, quatro hipóteses sobre a unidade dos discursos (como exemplo, a gramática, a economia e a medicina), entendemos que são quatro hipóteses que Foucault analisa e “rejeita”, como princípios de individualização e unidade dos discursos³, que apresentaram os seguintes resultados.

1º O que faz a unidade de um discurso não é o objeto ao qual este discurso se refere, por isso, não é a unidade, por exemplo, do objeto loucura que irá constituir a unidade psicopatológica, sendo na verdade o inverso é a loucura que foi constituída como discurso pelo que se disse a seu respeito.

2º A organização do discurso não é presidida por sua forma de encadeamento, uma forma constante de enunciação, um “estilo” como escreve Foucault. O autor explica⁴ que se trata antes de um grupo de enunciações heterogêneas que coexistam em uma mesma disciplina, como exemplo a clínica médica.

3º A unidade dos discursos também não pode ser encontrada na caracterização de um sistema fechado de conceitos que são compatíveis entre si, que seria uma espécie de “núcleo base” a partir do qual os outros discursos seriam derivados, e assim formariam o que Foucault chamou de uma “arquitetura conceitual”⁵.

É necessário explicar o aparecimento de novos conceitos, sendo alguns até incompatíveis com outros, o que só é possível pela definição de um sistema de regras de formação de conceitos.

4º A quarta e última hipótese formulada por Foucault sobre os princípios de unidade discursiva, refere-se à afirmação de que não é a presença de um mesmo tema que serve de princípio de individualização dos discursos. O tema evolucionista na biologia, e o tema fisiocrático na economia, por exemplo, Foucault demonstra que o mesmo tema pode-se encontrar em dois tipos diferentes de discursos, como também um único discurso pode produzir temas diferentes⁶.

Agora podemos responder a pergunta que se apresentou anteriormente; Os discursos possuem princípios de unidade? A conclusão que chegamos com a leitura da *Arqueologia do saber*, é que na verdade para Foucault não existem princípios de unidade sobre os discursos quando se investiga estes pela arqueologia.

E é nesse espaço que surge a idéia de analisá-los como pura dispersão. Espera-se com isso, que a prática da análise arqueológica “anule” a dita unidade de um discurso, como uma ciência ou um romance.

Por exemplo, a unidade buscada ao nível do objeto, do tipo de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas, é na realidade para o método arqueológico uma dispersão de elementos, dispersão esta que pode ser evidenciada pelo sujeito (autor), no qual este é atravessado pelo discurso, não sendo o portador do discurso, mas o “objeto” pelo qual o discurso aparece e se realiza.

Se compreendermos então os discursos como pontos de dispersão, podemos com isso encontrar a razão do por que a arqueologia desrespeita os antigos métodos estabelecido, sobretudo pela história das idéias, e analisa os discursos em um nível de neutralidade com relação as possíveis unidades do discurso.

Os discursos são aceitos como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade como os acima enumerados. Aceito esta tese dos discursos como dispersão de elementos e sem princípios de unidade, devemos então analisá-los como uma descrição dessas dispersões.

O objetivo dessas descrições que Foucault propõe na *Arqueologia do saber*, é procurar estabelecer as regularidades que acabam por funcionar como leis da dispersão. Isso quer dizer em outras palavras, que se trata de formular regras capazes de reger a formação dos discursos.

Essas regras são tão fundamentais, que podemos pontuá-las como a condição de existência de um discurso, Foucault as identifica como as regras de formação, essas regras de formação tem suas funções bem definidas, elas devem explicar como os discursos se produzem e se distribuem dentro de um conjunto. Vejamos o que Foucault escreveu sobre essas regras:

Chamaremos de regras de formação, as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.(FOUCAULT, 2007:43)

Estamos agora diante de um conceito que pode ser considerado como um dos fundamentos para a pesquisa arqueológica, por isso consideramos necessário melhor conhecê-lo.

Antes vamos sistematizar o que fizemos até aqui; Primeiramente, criticamos a possibilidade de se estabelecer princípios de unidade a partir de objetos, enunciados, conceitos e temas.

Entendemos que estes não são critérios pertinentes para a análise, nenhum desses componentes são regras, pois na verdade o que ocorre é o contrario, eles mesmos (discursos) são regulados em seu aparecimento e possível transformação.

Assim a descoberta dessas regras que disciplinam objetos, tipos enunciativos, conceitos e temas podem caracterizar o discurso como regularidade, delimitando o que Foucault chamou de “formação discursiva”, logo um sistema de regras de formação determina uma “formação discursiva”, conceito que já discutimos com maior precisão no início do capítulo.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convicção que se trata de uma formação discursiva.(FOUCAULT, 2007:43)

Isso quer dizer então, que o discurso quando analisado como uma dispersão de elementos pode ser descrito como regularidade e por isso individualizado, descrito em sua singularidade, quando suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis expostos por Foucault em seu livro. Vamos examiná-los.

1º O primeiro nível corresponde aos objetos, trata-se de defini-los, não se trata de um único objeto, mas de objetos que aparecem, coexistem e se transformam, pode-se assim circunscrevê-los através da definição de um “espaço comum”, para delimitar o espaço comum dos objetos é necessário estabelecer um conjunto de relações entre as instâncias de emergências, de delimitação e de especificação dos objetos.

2º No segundo nível Foucault identifica como a “formação das modalidades enunciativas”. Se já foi aceito por nós, que o discurso não deve ser caracterizado por um modo determinado e enunciação, como por exemplo, a medicina clínica do século XIX, que era formado por vários tipos de enunciados (narrativas biográficas, demarcação, recorte dos signos, dedução etc..). Como não existe uma única forma, então é preciso descrever uma coexistência de formas diversas para poder situar uma determinada articulação. Por isso analisar os discursos e determinar as regras que tornam a existência de diversos enunciados possíveis.

3º Ao nível da formação dos conceitos. Na análise dos discursos é preciso estar sempre definindo as regras de formação dos conceitos, pois estas regras permitem relacioná-los num sistema comum. Esse sistema de formação conceitual deve estar por isto atento a emergência simultânea ou sucessiva de conceitos dispersos heterogêneo e mesmo incompatíveis.

4º Ao nível da formação das estratégias. O objetivo deste nível de análise é definir um sistema de relações entre diversas estratégias que possam ser capaz de descrever sua formação.

Dessa forma, a análise dos diversos níveis do discurso nos revela que falar sobre os discursos é falar sobre relações discursivas ou de regularidades discursivas, pois as regras que caracterizam um discurso como individualidade se mostram como um sistema de relações, por isto as relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias podem possibilitar a passagem da dispersão a regularidade.

Mas, como falar de um sistema único de análise quando na verdade Foucault apresentou quatro sistemas diferentes para esta tarefa, segundo o autor nenhum deles pode ser considerado como fundamental ou mais importante, pois este quatro sistemas de relações também se relacionam entre si, formando um sistema, pois constituem quatro níveis que são o próprio discurso, por isso podemos pensar que não existe autonomia de nenhum sobre os outros, mas uma dependência vertical entre estes quatros sistemas.

Ainda podemos pontuar que a análise arqueológica quando trabalha como descrição dos discursos não deve se fechar no interior do próprio discurso, mas ao contrário deve articular o acontecimento discursivo com o acontecimento não discursivo, dessa forma não se fica somente no nível do discurso mesmo sendo este o objeto de análise da arqueologia, deve-se buscar estabelecer uma relação com acontecimentos de outras ordens sejam elas sociais política, econômica e técnicas.

Finalmente depois dessa tentativa de percorrer o caminho da análise discursiva pelo método arqueológico estamos diante da conclusão que a análise arqueológica tematiza os discursos pelas suas regras de formação demonstrando a formação discursiva e definindo o discurso como um conjunto de enunciados, portanto é nesse sentido que a análise arqueológica é uma descrição dos enunciados.

Alem dessa análise encontrada na *Arqueologia do saber*, podemos perceber também como Foucault pratica a pesquisa arqueológica, na leitura de sua resposta ao circulo de epistemologia quando questionado sobre a arqueologia das ciências humanas. Nesse trecho Foucault escreve que o seu esforço esta em fazer aparecer os enunciados discursivos de uma determinada época, podendo estabelecer o marco de surgimento e as estratégias de conservação desses enunciados na sua relação com os outros enunciados.

O que se trata fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamentos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a serie de

valores ou sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundos os quais eles circulam, são recalçados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma trata-se ia do discurso no sistema de sua institucionalização. Chamarei de arquivo, não a totalidade dos textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seus desastres, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. Analisar os fatos de discurso no elemento geral de arquivo é considerá-los, não absolutamente com documentos (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como monumentos;- é fora de qualquer metáfora geológica, sem nenhum assinalamento de origem, sem o menor gesto de direção do começo de uma arché- fazer o que poderíamos chamar, conforme os direitos lúdicos da etimologia, de alguma coisa como uma arqueologia (MOTTA, 2001:95)

Portanto consideramos que a pesquisa arqueológica foucaultiana situa-se na definição dos enunciados discursivos em suas especificidades temporais, demonstrando assim, como os discursos sobre os objetos se transformam de acordo com a vontade de saber do período localizado.

Finalmente podemos conceituar que a arqueologia não procura por se constituir como uma ciência, ou propriamente, num campo específico da história, mas sim que apareça como um instrumento de análise que possa ser operado nas diferentes dimensões da História, obtendo-se as regras de formação e execução dos discursos do saber de uma determinada época.

Referência Bibliográfica.

- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: São Paulo: EDUNB, 1982, 2ª. Ed.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005. MACHADO, Roberto. *Foucault, A Ciência e o Saber*. Rio de Janeiro: Ed. JZE.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Ed. JZE.
- CARDOSO JUNIOR, Helio Rebello. *Enredos de Clio, Pensar e Escrever a História com Paul Veyne*. São Paulo. Ed. Unesp. 2003.
- MOTTA, Manoel Barros. *Ditos e Escritos vol. IV*. Forense Universitaria, 2001. Rio de Janeiro. P,95.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pecheux na análise do discurso: diálogos e duelos*.

² Ver introdução de *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 2007.

³ Ver *A arqueologia do saber*. Página 35/36. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 2007.

⁴ Idem. Pág. 36

⁵ Idem. Pág. 39

⁶ Idem. Pág. 40